

Crise do ensino exige mutirão da sociedade

O governo federal dá arrancada a um programa de reformas, enquanto estados, municípios e empresas buscam soluções próprias

por Rodrigo Mesquita
de Brasília

Até o final do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1998, o ensino fundamental, obrigatório pela Constituição, passará a ter nove anos, ao contrário dos oito de hoje. "Vamos incluir no ensino de 1º grau a pré-escola", disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Ele explicou a este jornal que o Brasil não estará revolucionando nada, apenas acompanhando o que acontece no resto do mundo, inclusive com os parceiros do Mercosul.

A educação é uma das cinco prioridades do atual governo, junto com a saúde, o emprego, a agricultura e a segurança - mas só vai sair do papel com o esforço conjunto de todos os setores da sociedade. O País investiu muito nas últimas décadas, mas o quadro ainda é desanimador.

O ensino oferecido no Brasil é ruim, admite o ministro Paulo Renato. Os dados da última pesquisa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), realizada no ano passado e à qual este jornal teve acesso com exclusividade, mostram uma realidade distante de padrões desenvolvidos.

A pesquisa avaliou o desempenho de 124.870 alunos da 4ª e 8ª séries do 1º grau e da 2ª e 3ª séries do 2º grau nos 27 estados da Federação, em Língua Portuguesa e Matemática. Foi proposto aos estudantes um total de 1.236 itens para serem respondidos. O resultado de acertos é menor do que o que se poderia chamar de medíocre.

Em compreensão de leitura da Língua Portuguesa (o entendimento do texto escrito), o índice de acertos na 4ª série do 1º grau ficou em 50,60%, aumentando para 63,04% na 8ª série, voltando a cair para 43,40% na 2ª série do 2º grau e se recuperando na 3ª série, também do 2º grau, com 61,28% de acertos.

Em Matemática os resultados foram ainda mais lastimáveis. O percentual de acertos na 2ª série do 2º grau, por exemplo, ficou em me-ros 22,20%, subindo para 33,76% na 3ª série, quando o aluno, em tese, estaria se preparando para o vestibular de alguma universidade. Na 4ª série do 1º grau, o índice ficou em 38,30%, aumentando ligeiramente (41,16%) no último curso do chamado ensino fundamental, a 8ª série do 1º grau.

Pela primeira vez a pesquisa do SAEB abrangeu as escolas particulares. O resultado pode, portanto, levar também a um questionamento sobre o mito da



excelência do ensino nessas instituições, em contraposição ao oferecido pelas escolas públicas.

Na últimas décadas houve, no País, uma notável expansão na rede de ensino básico, que, em 1950, atendia a apenas

todos os problemas que se seguem à medida que o aluno avança na aprendizagem, mas sem uma ação nos outros níveis o governo só criará mais gargalos, explica o secretário de Ensino Médio e Tecnológico, Átila Lira.

No último dia 4, o governo lançou o projeto de lei de Reforma do Ensino Técnico. A idéia é separá-lo do 2º grau e ampliar a oferta de ensino. "Com a globalização da economia, a tecnologia muda rapidamente e a mão-de-obra precisa de uma formação mais adequada", diz o ministro.

A constatação do ministro é compartilhada pela maioria dos especialistas, mas o projeto do governo não é uma unanimidade. O diretor de recursos humanos da Volkswagen, Fernando Tadeu Perez, acredita que a desvinculação do ensino técnico do 2º grau pode criar uma distorção. É que a necessidade por buscar, desde cedo, um emprego pode levar o estudante, que já abandona o 2º grau, a não ter um requisito que passará a ser obrigatório para a formação técnica: o diploma de curso secundário.

Até o final de abril, o Ministério da Educação apresentará sua proposta de Reforma do Ensino Médio. O novo currículo, diz o ministro, vai permitir uma abertura para áreas do conhecimento como sociologia e economia. Isso não resolverá, porém, um problema que já começa a ser sentido, principalmente nas grandes cidades: há déficit na oferta de vagas no 2º grau, revela o secretário Átila Lira.

Supondo que, nos próximos anos, como resultado da política para o ensino básico, maior número de alunos chegue até o ensino médio, o déficit crescerá. O governo não sabe, ainda, quanto poderá investir para colaborar com os estados na ampliação da oferta - o 2º grau é responsabilidade dos governos estaduais.

Alguns estados já se movem por conta própria.

Inspirados na experiência de Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso, Maranhão e Rio Grande do Sul estão implantando programas de Qualidade Total em suas escolas. A Qualidade Total foi implantada em Minas no governo passado e, hoje, 518 das 5.826 escolas estaduais aderiram. Os resultados, segundo o ministro Paulo Renato, são notáveis. "O índice de repetência no 2º grau caiu de 40% para 18% nos últimos cinco anos nas escolas que adotaram o programa", diz ele.

Em Brasília, o governador Christóvam Buarque implantou um programa pioneiro de bolsa-escola. As famílias com renda per capita inferior a R\$ 50 por mês e que mantenham seus filhos na escola têm direito a um salário mínimo por mês. O programa já atinge 15 mil famílias da periferia do Distrito Federal e os resultados são animadores.

A iniciativa privada também mobiliza recursos financeiros e busca soluções criativas para suprir as deficiências do ensino tradicional - e principalmente para adaptar a mão-de-obra a suas necessidades específicas. Empresas de tamanhos e setores variados, como o Bradesco, a CSN, a Bosch e a Aracruz, mantêm programas bem-sucedidos de apoio à educação.

36,2% da população com idade entre 7 e 14 anos. Em 1991, a rede já alcançava 86%, e as últimas estimativas, de 1993, indicam uma taxa próxima de 90%. Esse crescimento não foi acompanhado, entretanto, por uma redução proporcional dos índices de analfabetismo. Dos 50,6% de 1950 passou-se para 20,07%, em 1991, na população maior de 15 anos. E o que é pior, a maior parte dessas pessoas frequentou, algum dia, uma escola.

Gastou-se muito dinheiro de forma desorganizada. "Onde tinha aluno não tinha verba", avalia o ministro. O governo enviou, no ano passado, uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) ao Congresso tentando alterar esse quadro. Por essa proposta, seria criado um fundo, administrado nos estados, que recolheria as verbas para a educação (ver reportagem abaixo). "Com isso haveria recursos da ordem de R\$ 23 bilhões para o ensino básico", diz o ministro.

Os números do ensino básico não podem, entretanto, ser analisados de forma linear. No Brasil convivem diversas realidades.

Em Teutônia, município de colonização alemã, com 20 mil habitantes e distante 100 quilômetros de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, a comunidade se organiza por conta própria. Até a Polícia Militar se encarrega de lembrar aos pais que lugar de aluno é na escola. A maioria dos alunos fala pelo menos duas línguas (além do português, o alemão ou o inglês). O analfabetismo é residual e se limita a deficientes físicos e idosos. Em Itaíba, município pernambucano a 338 quilômetros do Recife, quase 70% da população com mais de 5 anos é analfabeta - o que dá à cidade o título nada honroso de campeã absoluta de analfabetismo do estado.

A melhoria do ensino básico, entretanto, não vai resolver o problema da educação no País. Ela é o ponto de partida e de origem de

**Brasília garante
renda adicional
a famílias pobres
que mantenham
seus filhos
nas escolas**